

Lista de atos normativos e estágios de regulamentação da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021

Atualizada em 30/03/2022

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
1.	Decreto Comitê Gestor da Rede Nacional de compras	x			x	x	DECRETO Nº 10.764, DE 09 DE AGOSTO DE 2021 Dispõe sobre o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, de que trata o § 1º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
2.	Decreto de bens de consumo comum e de luxo	x	x	x	x	x	DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021 Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.
3.	Portaria sobre Governança das contratações públicas	x	x	x	x	x	PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021 Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
4.	Portaria de designação dos membros do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas	x			x	x	PORTARIA DE PESSOAL Nº 9.728, DE 24 DE AGOSTO DE 2021 Designa os membros titulares do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas. PORTARIA ME Nº 15.496, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021 Designar os membros titulares e suplentes para a composição do Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas.
5.	Instrução Normativa de Pesquisa de Preços	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
6.	Instrução Normativa sobre a Dispensa Eletrônica	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021 Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
7.	Instrução Normativa de definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de contratação direta	x			x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 72, DE 12 DE AGOSTO DE 2021 Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
8.	Instrução Normativa de designação e atuação dos fiscais e gestores de contratos nos processos de contratação direta	x			x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 75, DE 13 DE AGOSTO DE 2021 Estabelece regras para a designação e atuação dos fiscais e gestores de contratos nos processos de contratação direta, de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
9.	Alteração da Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020	x			x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA AUTOR/ME Nº 62, DE 28 DE JUNHO DE 2021 Altera a Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020, que dispõe sobre as regras e os procedimentos para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal de Crédito digital, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
10.	Decreto de adequação do CIPI	x	x	x	x	x	DECRETO Nº 10.899, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021 Altera o Decreto nº 10.496, de 28 de setembro de 2020, que institui o Cadastro Integrado de Projetos de Investimento.

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
11.	Instrução Normativa sobre a participação de pessoa física nas contratações públicas	x	x	x	x	x	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 116, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021 Estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
12.	Decreto de atualização anual dos valores da Lei nº 14.133, de 2021	x			x	x	DECRETO Nº 10.922, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021 Dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - de Licitações e Contratos Administrativos.
13.	Decreto do plano de contratações anual e PGC	x	x	x	x	x	DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022 Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
14.	Portaria que institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras	x	x	x	x	x	PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022 Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
15.	Instrução Normativa sobre multa administrativa	x	x	x	x		Em andamento – análise final após manifestação da PGFN-ME e ajustes finais da minuta. Processo SEI 19973.101989/2020-51
16.	Decreto de agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação, gestores e fiscais de contratos	x	x	x	x		Em andamento – enviado para manifestação da PGFN-ME. Processo SEI 19973.100881/2022-11

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
17.	Instrução Normativa de Ordem Cronológica de Pagamentos	x	x	x			Em andamento – elaboração de NT e minuta de Instrução Normativa. Processo SEI 19973.103512/2021-91
18.	Instrução Normativa sobre os Estudos Técnicos Preliminares	x	x	x			Em andamento – elaboração de NT e minuta de Instrução Normativa. Processo SEI 19973.105186/2021-56
19.	Instrução Normativa sobre o Leilão Eletrônico	x	x	x			Em andamento – consulta pública já consolidada pela equipe técnica.
20.	Instrução Normativa sobre critério de julgamento por menor preço ou maior desconto	x	x	x			Em andamento – elaboração de NT e minuta de Instrução Normativa. Processo SEI 19973.108968/2021-47
21.	Instrução Normativa sobre o critério de maior retorno econômico	x	x	x			Em andamento - consulta pública já consolidada pela equipe técnica.
22.	Decreto de cota para mulheres vítimas de violência doméstica	x	x	x			Em andamento – consulta pública já consolidada pela equipe técnica.
23.	Decreto pronto pagamento	x					Em ajustes finais, pós-contribuições da CGU
24.	Contratações de repartições públicas no exterior						Competência MRE <u>Regulamentação via Decreto</u> - § 2º do art. 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
25.	Contratações relativas à gestão de reservas internacionais						Competência BCB <u>Regulamentação via ato do Banco Central do Brasil</u> - § 5º do art. 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
26.	Centralização de contratações						<u>Regulamentação via Decreto</u> – inciso I do art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021.

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
27.	Decreto BIM						Competência MINFRA? Regulamentação via Decreto – § 3º do art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021.
28.	Pesquisa de preços (obras e serviços de engenharia)						Regulamentação via Decreto – §2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
29.	Pesquisa de preços (acesso a notas fiscais eletrônicas)						Regulamentação via Decreto – inciso V do § 1º e inciso IV do § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
30.	Programa de integridade						Competência TCU e CGU (Art. 25, § 4º; Art. 60, III) Regulamentação via Decreto (obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor nas contratações de grande vulto – § 4º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021 Regulamentação via ato dos órgãos de controle (desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade em caso de empate) – inciso IV do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
31.	Cota para oriundos e egressos do sistema prisional						Regulamentação via Decreto – inciso II do § 9º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 2021.
32.	Margens de preferência						Regulamentação via Decreto (bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis) – inciso II do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021. Regulamentação via Decreto (manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País) – § 2º do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
33.	Diálogo competitivo						Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa – não há indicação de edição de ato regulamentador do art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021.
34.	Licitações por técnica e preço ou melhor técnica / conteúdo artístico						Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa – não há indicação de edição de ato regulamentador dos arts. 33 a 38 da Lei nº 14.133, de 2021.
35.	Custos indiretos						Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 34 da Lei nº 14.133, de 2021.

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
36.	Gestão estratégica das contratações de <i>software</i>						Competência SGD (art. 43) <u>Regulamentação via Decreto</u> – § 2º do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021.
37.	Locação de imóveis						<u>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa</u> – não há indicação de edição de ato regulamentador do art. 51 da Lei nº 14.133, de 2021.
38.	Licitações internacionais						<u>Regulamentação via Decreto</u> - art. 52 e parágrafo único do art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021. Provavelmente caderno
39.	Ações de equidade de gênero, como critério de desempate						<u>Regulamentação via Decreto</u> – inciso III do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
40.	Habilitação por processo eletrônico de comunicação à distância e etc.						<u>Regulamentação via Decreto</u> – § 2º art. 65 e § 3º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021.
41.	Dispensa de licitação para produtos de P&D para obras e serviços de engenharia						Competência SEGES / MINFRA (?) (Art. 72, § 5º) <u>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa</u> – não há indicação de edição de ato regulamentador, apenas regulamentação específica, no art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
42.	Credenciamento						<u>Regulamentação via Decreto</u> – § 1º do art. 78 e parágrafo único do art. 79 da Lei nº 14.133, de 2021.
43.	Pré-qualificação						<u>Regulamentação via Decreto</u> – § 1º do art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021.
44.	PMI						<u>Regulamentação via Decreto</u> – § 1º do art. 78 e caput do art. 81 da Lei nº 14.133, de 2021.
45.	SRP						<u>Regulamentação via Decreto</u> – § 1º do art. 78, § 6º do art. 82 e art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.
46.	Registro cadastral						<u>Regulamentação via Decreto</u> – § 1º do art. 78 e caput e § 2º do art. 87 da Lei nº 14.133, de 2021.
47.	Cadastro de atesto de cumprimento de obrigações						<u>Regulamentação via Decreto</u> – §§ 4º e 5º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 2021.

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
48.	Forma eletrônica de celebração de contratos (Portaria Compras.gov.br Contratos)						Regulamentação via Decreto – § 3º do art. 91 da Lei nº 14.133, de 2021.
49.	Modelo de gestão do contrato						Regulamentação via Decreto – inciso XVIII do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.
50.	Alocação de riscos						Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa – não há indicação de edição de ato regulamentador do § 6º do art. 103 da Lei nº 14.133, de 2021.
51.	Serviços de dedicação exclusiva de MO (nova IN 5)						Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa – não há indicação de edição de ato regulamentador no art. 115 (e demais arts que tratam de execução contratual) da Lei nº 14.133, de 2021.
52.	Gestão de bens móveis						Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa – não há indicação de edição de ato regulamentador na Lei nº 14.133, de 2021.
53.	Subcontratação						Regulamentação via Decreto – § 2º do art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021.
54.	Procedimentos para verificação de ocorrência de motivos para extinção do contrato						Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
55.	Recebimento provisório e definitivo						Regulamentação via Decreto – § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.
56.	Remuneração variável						Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 144 da Lei nº 14.133, de 2021.
57.	Dosimetria de sanções e reputação						Regulamentação via Decreto – parágrafo único do art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.
58.	Sanção de inidoneidade						Regulamentação via Decreto – inciso II do § 6º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
59.	Gestão de riscos e controle preventivo						Regulamentação via Decreto – § 1º do art. 169 da Lei nº 14.133, de 2021.

Ato		Estágios de regulamentação					Observações
		Em elaboração	Em Consulta Pública	Pós Consulta Pública	Enviado à PGFN	Publicado	
60.	Gestão contratual compartilhada com a sociedade						<u>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa</u> (gestão compartilhada com a sociedade de informações referentes à execução do contrato) - não há indicação de edição de ato regulamentador do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.
61.	Relatório final do contrato						<u>Regulamentação via Decreto</u> – alínea ‘d’ do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021.
62.	Integração de portal privado com o PNCP						<u>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa</u> (integração com PNCP com sistema eletrônico fornecido por pessoa jurídica de direito privado) - não há indicação de edição de ato regulamentador no § 1º do art. 175 da Lei nº 14.133, de 2021.
63.	Convênios e contratos de repasse (decreto)						Competência DETRU <u>Regulamentação via Decreto</u> – art. 184 da Lei nº 14.133, de 2021.
64.	Convênios e contratos de repasse (portaria)						Competência DETRU Art. 184
65.	PDLS referencial						<u>Regulamentação via Portaria ou Instrução Normativa</u> - não há indicação de edição de ato regulamentador de Plano Diretor de no § 1º do art. 175 da Lei nº 14.133, de 2021.
66.	MIP						